



DO ALTO DA TORRE

E-mail: doaltdatorre@jornaldebrasil.com.br
edubrito@jornaldebrasil.com.br

● EDUARDO BRITO



RAFAELA FELICCIANO

CPI ENTERRADA ATÉ NO JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal negou mandado de segurança impetrado pela distrital Celina Leão (foto) para garantir, judicialmente, a instalação da CPI da Araçongagem na Câmara Legislativa. O pedido da parlamentar foi analisado pelo desembargador Waldir Leônico Lopes Júnior, que extinguiu o processo na fase inicial, sem julgamento do mérito do pedido da distrital.

INSTALAÇÃO FRUSTRADA

No pedido feito ao Conselho Especial do Tribunal, Celina acusou o presidente da Casa, deputado Patrício, de ter agido arbitrariamente ao arquivar a CPI depois da tentativa frustrada de instalação da comissão. Apenas ela e a colega Eliana Pedrosa, sua suplente na CPI, compareceram à sessão marcada pelo presidente para a instalação da comissão.

VONTADE DA MINORIA

O desembargador indeferiu a peça inicial da deputada. “Não há direito líquido e certo a ser amparado por mandado de segurança. A CPI da Araçongagem restou frustrada porque seus integrantes, por conveniência político-partidária, frustraram a sua instalação. Simplesmente não compareceram à reunião designada para eleição, deixando escoar o prazo regimental de dez dias”. Sobre a conduta dos colegas de Celina, que não compareceram à eleição, o magistrado disse que o Judiciário não pode impor a vontade da minoria denominada por Celina a instalação da CPI se manifesto o seu desinteresse político.

MANDOU BEM

O desembargador comentou, ainda, conduta do presidente Patrício – que agiu em sintonia com o Buriti – no processo de instalação da CPI. “Dúvida não há de que a autoridade coatora agiu de modo irrepreensível porque nada mais fez do que cumprir o que rezava o regimento interno da Casa Legislativa distrital quando indeferiu a questão de ordem”, disse o magistrado, reiterando que a decisão do presidente pelo arquivamento, seguindo o Regimento Interno, “não encontra qualquer mácula e não cabe ao Poder Judiciário dizer se esta opção política é ou não adequada”.

PSD DEFINE CRITÉRIOS PARA FUNDO

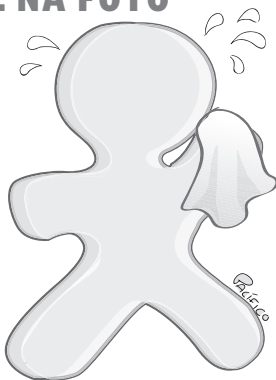
Presidente regional do PSD, o ex-governador Rogério Rosso participou ontem da reunião da Executiva Nacional do partido. Além de uma avaliação do quadro eleitoral, definiram-se os critérios de distribuição do Fundo Partidário. Acertou-se que os diretórios de todas as unidades da Federação terão direito a um piso, distribuindo-se o restante de acordo com o número de senadores e deputados federais de cada uma. O sistema já é utilizado em outros partidos.

INVESTIMENTO NA REGIÃO

Rosso aproveitou para uma avaliação das eleições na região metropolitana, com o presidente regional do PSD goiano, o ex-deputado Vilmar Rocha. Ambos partem do ponto de vista de que eleição por lá interessa tanto a Goiás quanto ao Distrito Federal. O PSD terá candidato a prefeito ou a vice em 12 dos 20 municípios da região. Em todo o território de Goiás, terá 130 candidatos a prefeito e 1.000 a vereador.

ESCAPOU, MAS ESTÁ MAL NA FOTO

A Vivo escapou da punição aplicada pela Anatel às demais operadoras, mas não deve pensar que está bem na foto. No início da tarde de ontem, uma autoridade – daquelas de peso, que mandam mesmo – falava ao celular entre o Palácio do Planalto e o Buriti. Nesse percurso, a ligação caiu três vezes. Em tempo: não, ele não estava à direção, mas em carro oficial. E, sim, sua operadora é a Vivo. Ao menos por enquanto.



VAGALUME

O serviço bluetooth da Vivo é conhecido no Distrito Federal como vagalume. Liga, desliga, liga, desliga e por aí vai.

JÁ EM LONDRES

O ex-vice-governador Paulo Octavio embarcou, ontem, rumo aos Jogos Olímpicos de Londres. Entusiasta da organização de uma Olimpíada no Brasil, tendo lançado a candidatura de Brasília no começo dos anos 1990, quando era deputado federal, ele acompanha as competições com regularidade desde esta época.

CAMPEÃO DE SUSTENTABILIDADE

Durante uma visita ao estádio mais sustentável do mundo, o Allianz Arena (foto) de Munique, o governador Agnelo Queiroz pode constatar que esse título está a um passo de se transferir para o Brasil. Mais exatamente para o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. O Green Building Council Brasil – entidade internacional, referência em sustentabilidade de construções – é a única entidade que concede o selo Leed de sustentabilidade. O selo Leed Platinum, entregue após a conclusão da obra, é reconhecido internacionalmente e garante que a construção é sustentável. Atualmente, não existe nenhum estádio de futebol no mundo com o selo Platinum. O Estádio Nacional pode ser o primeiro da história a ter o certificado.



SÓ PARA OS RUSSOS

Caso o Mané Garrincha receba o Platinum, só poderá ser superado por um estádio russo, que entrará em obras para a Copa de 2018, daqui a seis anos.

CORINTHIANS EM MUNIQUE

Agnelo percorreu o Allianz Arena observando os detalhes e comparando. Tipo “isto temos lá, aquilo ainda teremos” e assim por diante. Mas o governador e sua equipe não estavam sozinhos. Havia sido encaixados na visita especialistas enviados pela Odebrecht. Que está construindo o Itaquerão, o estádio do Corinthians.

PORTAS FECHADAS

A turma do Sinpol está uma fera com o secretário de Administração, Wilmar Lacerda. Em uma reunião no Ministério do Planejamento para discutir as reivindicações da categoria, diante dos secretários de Condomínios, Wellington Luiz, e de Segurança, Sandro Avelar, Wilmar marcou um encontro com representantes da categoria. Definiram-se até hora e local, a própria Secretaria de Administração. Os sindicalistas compareceram, levando propostas para o plano de saúde subsidiado que reivindicam. Não foram recebidos. “O pior é que nossa última esperança era a Secretaria de Administração”, lamenta o presidente do Sinpol, Ciro de Freitas.

INCENTIVO PARA A CULTURA

O secretário de Cultura, Hamilton Pereira, revelou ao novo presidente da Associação Comercial do DF, Cleber Pires, que pretende criar a curto prazo um plano de incentivo tributário para atividades culturais. Os empresários poderão destinar a essa finalidade 1% do que recolheriam de ICMS. A proposta ainda precisa passar pela Câmara Legislativa, mas Cleber Pires já se comprometeu a empenhar-se junto ao empresariado local para garantir apoio a ela.